



## MÍDIA E CULTURA

# A terminologia da crítica de arte a partir da Teoria Comunicativa da Terminologia

*Art criticism terminology from the Communicative Theory of Terminology*

*La terminología de la crítica de arte desde la teoría comunicativa de la terminología*

**Rodrigo Cássio Oliveira<sup>1</sup>**

[0000-0002-3514-3277](mailto:0000-0002-3514-3277)

[rodrigocassio@ufg.br](mailto:rodrigocassio@ufg.br)

**Recebido em:** 21 dez. 2021.

**Aprovado em:** 21 set. 2022.

**Publicado em:** 24 fev. 2023.

**Resumo:** Nosso objetivo é definir termos estéticos e explicar de que modo eles participam do léxico geral de uma língua a partir de uma abordagem interdisciplinar que correlaciona estética filosófica e linguística aplicada. Com base na Teoria Comunicativa da Terminologia, de Maria Teresa Cabré, defendemos que os termos estéticos operam em uma linguagem especializada na crítica de arte. Como conclusão, sustentamos que estudos empíricos sobre os termos estéticos podem se relacionar à fundamentação elaborada neste artigo e mencionamos alguns exemplos relevantes já publicados.

**Palavras-chave:** crítica de arte; linguagem; estética; terminologia; termos estéticos.

**Abstract:** Paper's goal is to define aesthetic terms and explain their condition inside the general lexicon, using an interdisciplinary approach that correlates aesthetics and applied linguistics. Based on Maria Teresa Cabré's Communicative Theory of Terminology, we defend that aesthetic terms operate in a specialized language in art criticism. In conclusion, we argue that empirical studies about aesthetic terms can be related to the epistemological grounding of this article, mentioning some relevant examples that have already been published.

**Keywords:** art criticism; language; aesthetics; terminology; aesthetic terms.

**Resumen:** Nuestro objetivo es definir términos estéticos y explicar cómo participan en el léxico general de una lengua desde un enfoque interdisciplinario que correlaciona la estética filosófica y la lingüística aplicada. Desde la Teoría de la Terminología Comunicativa de Maria Teresa Cabré, defendemos que los términos estéticos operan en un lenguaje especializado en la crítica de arte. En conclusión, sostenemos que los estudios empíricos sobre términos estéticos pueden relacionarse con la lógica elaborada en este artículo y mencionamos ejemplos relevantes que ya han sido publicados.

**Palabras clave:** crítica de arte; lenguaje; estética; terminología; términos estéticos.

## Introdução

A crítica de arte passa por grandes mudanças nas últimas décadas. Cada vez mais distante de um modelo judicativo *stricto sensu*, ela tende a adotar uma abordagem mais teórica e conceitual, sobrepondo aspectos de conteúdo às qualidades estéticas e formais das obras (ELKINS; NEWMAN, 2007; ELKINS, 2003; BARRET, 2014). Todavia, mesmo se imaginamos o exemplo de um crítico atual cujo interesse é restrito ao sentido político do conteúdo de uma obra de ficção, é razoável acredi-



<sup>1</sup> Universidade Estadual de Goiás (UEG), Goiânia, GO, Brasil.

tar que tal crítico deverá, em algum momento, pronunciar-se sobre ter gostado ou não da obra criticada, bem como sobre as qualidades formais dela – e então recorrerá àquilo que chamamos de termos estéticos.

A relação que mantemos com a arte tipicamente nos provoca a verbalizar a nossa experiência com termos estéticos, a exemplo de "belo", "delicado", "gracioso", "maravilhoso" etc. Os juízos de gosto podem se tornar secundários e o mundo da arte pode rebaixá-los em importância, mas é improvável que eles simplesmente desapareçam do vocabulário crítico.<sup>2</sup>

Nesse artigo realizamos uma discussão linguístico-filosófica dos termos estéticos, baseando-nos na concepção dos juízos de gosto como aqueles que mobilizam a dimensão estética da experiência que podemos ter com uma obra de arte.

Nos reportamos, assim, a uma importante tradição de pensamento moderno, para o qual a obra de Immanuel Kant é imprescindível. Em uma explicação abreviada, os juízos de gosto kantianos são caracterizados pela referência a um comprazimento (*Wohlgefallen*) subjetivo e universal que não se habilita a produzir conhecimento conceitual de nenhum tipo, muito embora a sua ocorrência seja provocada por uma relação de necessidade com o objeto julgado ("*Isto é belo*"). Tais juízos, estudados por Kant na analítica do belo da *Crítica da Faculdade de Julgar*, contrastam com os juízos teóricos ("*Isto é verdadeiro*") e os juízos práticos ("*Isto é justo*").

Nas palavras do próprio autor:

Para distinguir se algo é belo ou não, referimos a representação não pelo entendimento ao objeto em vista do conhecimento, mas pela faculdade da imaginação (talvez ligada ao entendimento) ao sujeito e ao seu sentimento de prazer ou desprazer. O juízo de gosto não é, pois, nenhum juízo de conhecimento, por conseguinte não é lógico, e sim estético, pelo qual se entende aquilo cujo fundamento de determinação não pode ser senão subjetivo (KANT, 2017, p. 118-119).

Essa famosa passagem evidencia as caracte-

rísticas essenciais do juízo de gosto em Kant, seja no tocante às operações cognitivas que estão na base desse juízo, seja no tocante à relação entre o juízo e o conhecimento. A definição kantiana toma a representação do belo como não conceitual, uma vez que a natureza estética e subjetiva do juízo de gosto é contrastada com a natureza lógica e objetiva dos juízos de conhecimento.

Kant não foi um filósofo da linguagem, e a discussão que destacamos acima é epistemológica, não linguística. Todavia, a análise dos juízos que Kant empreendeu em sua filosofia teve influência duradoura na maneira como a atividade da crítica de arte foi compreendida em boa parte do século seguinte, e ecoa, inclusive, na produção teórica motivada pela *linguistic turn* ocorrida na filosofia do século XX. Na própria crítica de arte, as ideias de Kant foram assimiladas por diferentes críticos que, por vezes, receberam o rótulo de neokantianos, sendo Clement Greenberg (1984) o mais conhecido deles.

Ressalvadas as diferenças entre a epistemologia moderna e a filosofia da linguagem, portanto, acreditamos que a analítica do belo em Kant traz à tona perguntas relevantes para um estudo atual que aproxime filosofia e terminologia teórica na análise de um problema de uso da linguagem. Em terminologia teórica, os conceitos não são estudados no mesmo sentido que o são quando Kant se refere a um conceito (*Begriff*). Porém, a tese kantiana de que o juízo de gosto não é um juízo de conhecimento só torna mais interessante a pergunta pelo conceito linguístico de "beleza" que melhor se adequaria à prática avaliativa de um objeto belo.

Como seria, afinal, a relação entre o termo "beleza" e seu respectivo conceito linguístico? Essa relação é diferente daquela que ocorre entre termos e conceitos nos predicados dos juízos teóricos ou práticos. Sendo assim, podemos perguntar se existem categorias linguísticas específicas para os diferentes termos utilizados em cada tipo de juízo. Os termos usados pelos juízos de gostos estão dentro ou fora do léxico

<sup>2</sup> As ideias de Roger Fry (1981) e Clive Bell (1981) dão exemplos fundamentais de como os juízos de gosto operam na crítica de arte.

comum de uma língua? São termos comuns ou termos específicos que só podem existir como tais no interior do discurso crítico avaliativo? Vamos lidar com essas perguntas a seguir.

### Termos estéticos e juízo de gosto na estética analítica

A repercussão de questões terminológicas envolvendo a crítica de arte em filosofia é especialmente grande na chamada estética analítica anglo-saxã. Originada do paradigma que a filosofia da linguagem do século XX estabeleceu a partir de Wittgenstein, a estética analítica enfatiza a análise lógica de problemas filosóficos, sendo caracterizada pelo exame exaustivo da argumentação e pelo diálogo permanente entre os autores.

Um filósofo fundamental sobre o tema é Frank Sibley. O seu artigo *Aesthetic Concepts*, na edição 68 da revista *The Philosophical Review* (1959), pode ser considerado uma baliza para a análise sobre o que são e como funcionam os termos estéticos. Em certo sentido, a filosofia de Sibley pode ser lida como uma teoria da fundamentação da crítica de arte, na medida em que essa é percebida como uma atividade profissional que recorre a juízos de gosto.<sup>3</sup> A tese central de Sibley afirma que os termos estéticos são uma categoria específica de termos, cuja aplicação é diversa de outras palavras do léxico comum.

Essa diferença pode ser notada nos dois tipos de sentenças sobre obras de arte que elaboramos corriqueiramente. As sentenças do primeiro tipo dependem apenas dos sentidos e tratam das propriedades não estéticas de uma obra, indicando operações cognitivas comuns e universalmente partilhadas pelos seres humanos. Quando afirmamos, por exemplo, que Riobaldo é o narrador de *Grande Sertão Veredas*, ou que os quadros de Yves Klein utilizam a cor azul, não precisamos mais do que operações cognitivas normais para chegar ao juízo. Uma vez

que saibamos ler e consigamos reconhecer as cores por meio da visão, chegaremos às mesmas conclusões universalmente.

As sentenças do segundo tipo, por sua vez, são aquelas que, para além da cognição comum, exigem também o gosto. Sentenças desse tipo afirmariam que o livro de Guimarães Rosa é "engenhoso" ou "magnífico", e os quadros de Yves Klein são "sensuais" ou "vivos". Estes juízos não são pacificamente harmonizados entre os diferentes leitores e apreciadores de pinturas, porque expressam as suas diferentes disposições para julgar os objetos artísticos.

Como se vê, os termos estéticos são empregados na elaboração deste segundo tipo de juízo, que não resultaria de operações cognitivas dependentes apenas dos sentidos, mas sim de uma capacidade contingente do emissor, que pode ou não ter o gosto demandado pela obra de arte para ser avaliada. Desse modo, encontramos em Sibley uma definição pragmática dos termos estéticos, sendo a exigência do gosto o critério básico que os diferencia:

Quando uma palavra ou expressão é tal que o gosto ou a perspicácia é requerida para aplicá-la, eu devo chamá-la de termo estético ou expressão estética, assim como devo falar em conceitos estéticos, ou conceitos de gosto, que lhes são correspondentes (SIBLEY, 1959, p. 421, tradução nossa).<sup>4</sup>

A concepção de termos estéticos como condicionados pelo gosto se baseia na tese de que tais termos não podem ser regidos por outras condições senão negativamente, ou seja, de que não existem condições positivas suficientes e necessárias, relacionadas às propriedades não estéticas das obras de arte, que possam fundamentar a aplicação de um determinado termo estético.

Possuir quatro lados iguais e quatro ângulos retos é condição necessária e suficiente para al-

<sup>3</sup> Na parte final de *Aesthetic Concepts*, Sibley analisa o método de produção das críticas de arte e os limites da linguagem descritiva para comunicar as propriedades estéticas das obras.

<sup>4</sup> Do original: When a word or expression is such that taste or perceptiveness is required in order to apply it, I shall call it an aesthetic term or expression, and I shall, correspondingly, speak of aesthetic concepts or taste concepts. (Traduzimos *perceptiveness* por 'perspicácia' para conservar o sentido buscado por Sibley. Não se trata da 'acuidade perceptiva' natural e fisiológica, mas sim de uma capacidade aguçada de apreender as propriedades estéticas dos objetos. Poderíamos usar o termo 'sensibilidade', mas o preferimos porque ele se aproxima do sentido fisiológico que queremos descartar, gerando ambiguidade).

guma coisa ser um quadrado. Ao julgarmos uma obra de arte como bela, no entanto, não podemos contar com facilitadores desse tipo. Uma música pode ser bela seguindo tanto a escala tonal como o sistema dodecafônico; uma poesia pode ser bela tanto ao obedecer aos hexâmetros da métrica clássica como ao optar por versos livres; um filme pode ser belo tanto ao empregar a montagem de planos rápidos como ao se realizar completamente em um único plano-sequência etc. Não há regras pré-estabelecidas para que uma propriedade estética seja alcançada pelos artistas, de modo que não é possível inferir a beleza de uma obra a partir da simples descrição de suas propriedades sensíveis ou das técnicas que a tornaram possível.

Como ressalva a este argumento, Sibley concede que há uma regência negativa dos termos estéticos, no sentido de que uma pintura, ao utilizar apenas as cores preta e cinza, não poderia ser esteticamente "alegre". Não seria preciso ter contato com essa obra para sabermos que as cores utilizadas impossibilitam um sentimento estético de "alegria". Porém, de acordo com Sibley, a regência positiva nunca é possível. Dessa mesma pintura em preto e cinza, após termos contato com ela, poderíamos afirmar que é "sombria", "soturna" ou "tenebrosa", mas nenhum desses termos estéticos é obrigatório.

Em suma, a descrição de propriedades sensíveis nos permite saber quando uma obra não é alegre, mas nada nos diz sobre a possibilidade de que ela seja soturna ou tenebrosa. Este processo de julgamento é bastante diferente daquele que descreve uma figura de quatro lados e quadro ângulos retos, que só pode ser classificada como um quadrado, e jamais um triângulo ou um quadrilátero.

Há dois aspectos importantes para analisarmos em Sibley, quando adotamos uma perspectiva linguístico-terminológica interessada por entender a crítica de arte. Primeiro, convém examinar a própria definição de termo que a filosofia sibleyana utiliza, a fim de colocar em questão a

relação entre termos e palavras no léxico geral da língua. Em segundo lugar, cabe aprofundar sobre como os termos e os conceitos se relacionam em discursos estéticos como os que encontramos em textos crítico-judicativos.

Ted Cohen tocou nos dois aspectos acima quando construiu o seu argumento contra Sibley, questionando a existência de termos estéticos e a suposição de que o gosto é necessário para empregá-los. Segundo Cohen, a análise da teoria dos termos estéticos mostra que "Sibley não é claro sobre a relação entre termos e conceitos, assim como não o é a respeito de como definir termos e conceitos" (COHEN, 2008, p. 116, tradução nossa).<sup>5</sup>

Nos trabalhos de Sibley, de fato, pode-se verificar, em diferentes momentos, certa flutuação entre as noções de termo, palavra e conceito, sem que a definição específica de cada uma delas pareça ser relevante. Pode-se justificar que tais definições são de interesse sobretudo linguístico, e não filosófico, e por isso não receberam tanta atenção. Acreditamos, no entanto, que a ausência delas constituiu, de fato, uma carência na filosofia de Sibley.

A despeito disso, Sibley justifica a opção por analisar "termos estéticos" na sua filosofia do juízo de gosto descartando alternativas de categorização das unidades lexicais pela qual se interessa. Vale sublinhar que tais unidades linguísticas são vistas pelo filósofo britânico como palavras usadas também em outros contextos, já que este ponto será igualmente um objeto de atenção da crítica de Cohen:

Devo falar livremente de um 'termo estético' ainda quando, por ter a palavra outros usos, seria mais correto falar do seu uso como um termo estético. Também falarei de palavras, conceitos e características 'não estéticas', e assim por diante. Nenhum outro termo usado por outros intérpretes, a exemplo de 'natural', 'observável', 'perceptivo', 'físico', 'objetivo' (para qualidades), 'neutro', 'descritivo' (para a linguagem), quando abordam a distinção que estou fazendo, é realmente apto para o propósito que tenho (SIBLEY, 1959, p. 421).<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Do original: Sibley is unclear about the relation of terms to concepts as well as about what either a term or a concept is.

<sup>6</sup> Do original: I shall speak loosely of an 'aesthetic term', even when, because the word sometimes has other uses, it would be more

Como fica evidente acima, Sibley via termos estéticos como componentes especiais da língua geral, condicionados pragmaticamente aos atos de julgamento dos objetos estéticos. Haveria, pelo menos, dois grupos de termos estéticos. Por um lado, termos cujo uso é funcional tanto para os juízos de gosto como para outros tipos de discursos (a exemplo de "equilibrado", "vulgar" ou "harmonioso") e, por outro lado, termos que funcionariam predominantemente, ou exclusivamente, para os juízos estéticos (como "belo", "gracioso" ou "elegante").

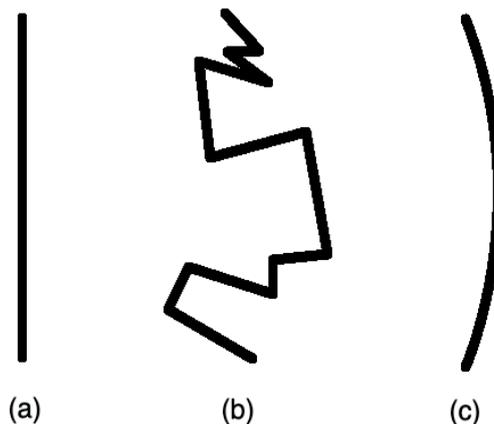
Desse ponto de vista, um termo como "vulgar" serviria tanto para julgar o comportamento moral indecoroso de alguém como para julgar uma música vulgar; o termo "equilibrado" poderia se referir tanto ao estado de um malabarista que se apresenta ao público como à distribuição das figuras em um afresco de Giotto; porém, termos como "belo" ou "gracioso" seriam sempre usados para se referir às propriedades estéticas, seja de obras de arte ou de quaisquer outros objetos, não existindo um uso que não seja o uso estético.

Mas existiriam mesmo estes termos estéticos exclusivos? Referindo-se a um texto no qual Sibley dialoga com H. R. G. Schwyzer sobre a definição de termos estéticos, Ted Cohen propõe uma definição alternativa de "termo": "ainda que Sibley (e Schwyzer) pareçam usar 'termo' de maneira intercambiável com 'palavra', estou usando-o no sentido de 'sentença aberta'" (COHEN, 2008, p. 117, tradução nossa).<sup>7</sup>

Tal definição é apenas estratégica no argumento de Cohen, que elege o termo "gracioso" para elaborar uma espécie de desafio avaliativo contra a teoria sibleyana dos termos estéticos. Como vimos, segundo Sibley, o termo "gracioso" pertence ao conjunto de termos utilizados predominantemente ou exclusivamente como termos estéticos. Logo, a sua aplicação deveria depender quase sempre do gosto, não sendo condicionada positivamente por nenhuma propriedade não estética do objeto julgado.

Em seu desafio avaliativo, Cohen mostra ao leitor três traços como os que recriamos abaixo:

**Figura 1** – O desafio avaliativo de Cohen contra Sibley



Fonte: COHEN, 2008, p. 215.

Qual dos três traços é gracioso? De acordo com Cohen, não é preciso empregar significativamente o gosto para optar pelo traço 'c': "alguém

que fosse quase insensível esteticamente ainda assim afirmaria que 'c' é o mais gracioso; ou que 'c' é mais gracioso que 'a' ou 'b'" (COHEN, 2008,

correct to speak of its use as an aesthetic term. I shall also speak of 'non-aesthetic' words, concepts, features, and so on. None of the terms other writers use, 'natural', 'observable', 'perceptual', 'physical', 'objective' (qualities), 'neutral', 'descriptive' (language), when they approach the distinction I am making, is really apt for my purpose.

<sup>7</sup> No original: "Although Sibley (and Schwyzer) seem to use 'term' as roughly interchangeable with 'word' (or 'words'), I am using it in the sense of 'open sentence'".

p. 125, tradução nossa).<sup>8</sup> Sendo assim, a constância, a estabilidade e a curvatura do traço 'c' não deixariam dúvidas sobre a resposta certa, e precisaríamos admitir que a aplicação do conceito de graciosidade não depende do gosto, pois algumas condições simples, baseadas em valores geométricos, seriam suficientes para fundamentar o seu emprego. Haveria, então, uma regência positiva que Sibley considerava impossível.

O desafio proposto por Cohen é muito interessante, mas a parte que consideramos mais incisiva do seu argumento vem logo a seguir, quando o autor levanta hipóteses sobre como Sibley responderia ao desafio avaliativo. Embora a citação fique muito extensa, vamos fazê-la integralmente a fim de explicitar o raciocínio utilizado por Ted Cohen:

Sibley talvez dissesse que, no exemplo 'c é gracioso', não temos um juízo estético. O que dizer sobre o termo 'gracioso', então? Há algumas respostas à disposição de Sibley. Uma delas, que me soa desastrosa, é a de que o termo "gracioso" é associado a pelo menos dois conceitos, o conceito estético *gracioso/E*, e o conceito não estético *gracioso/N*. [...] Sobre a correspondência entre termos e conceitos, Sibley nada diz. Se ele dissesse que 'gracioso' corresponde a um de pelo menos dois conceitos, poderia defender que o juízo 'c é gracioso' é um juízo não estético, sendo 'gracioso' um termo não estético que é usado para aplicar o conceito não estético *gracioso/N*. A essa afirmação se poderia objetar que ela torna a distinção entre estético e não estético inoperante, uma vez que não seria mais possível notar a ocorrência de juízos estéticos pela presença de termos estéticos, e não haveria uma maneira de perceber os termos estéticos ao examinar os juízos (COHEN, 2008, p. 125-6, tradução nossa).<sup>9</sup>

O argumento de Cohen impõe dificuldade para Sibley, pois ataca a distinção entre termos estéticos e não estéticos assim como ataca a necessidade do gosto para o juízo estético. Se Sibley reconhecesse que não é preciso gosto

para concluir que o traço "c" é mais gracioso, a sua definição pragmática de termo estético entraria em risco. Mas Cohen apresenta ainda um problema relativo ao funcionamento dos termos na própria linguagem, o que nos interessa especialmente nesse artigo.

Se Sibley tentasse desviar do desafio com a alegação de que o termo "gracioso", aplicado ao traço "c", não é um termo estético, ele precisaria explicar de que modo isso é possível à luz do conceito de graciosidade. Sibley precisaria, portanto, explicar melhor o que é um termo e o que é um conceito, bem como a relação entre eles, de um ponto de vista linguístico – algo que justamente é falho em sua teoria, de acordo também com a leitura de Cohen.

Estamos, aqui, em uma chave de problematização que já não coincide com as preocupações de Kant quando este definiu o juízo estético como a representação de um conceito indeterminado. Mesmo assim, é o juízo estético, baseado no sentimento causado pela obra, que segue em questão – a herança kantiana se manifesta na maneira pela qual o problema é colocado, mas não tanto na maneira como ele é respondido.<sup>10</sup>

Cohen discorda frontalmente da hipotética resposta que salvaria a teoria de Sibley, isto é, da multiplicação dos termos e de seus respectivos conceitos, criando versões estéticas e não estéticas de cada unidade linguística. Veremos que essa posição de Cohen é coerente do ponto de vista linguístico, mas, na história da pesquisa em terminologia, não foi sempre um ponto pacífico.

Antes de nos determos na análise terminológica do dissenso entre Cohen e Sibley que apresentamos nessa seção, vamos expor, a seguir, os principais aspectos da terminologia teórica que nos interessam para fazer a análise.

<sup>8</sup> Do original: Virtual insensitivity will do, I think, to manage '(c) is the graceful one' or '(c) is graceful' or '(c) is more graceful than (a) or (b)'.

<sup>9</sup> Do original: Sibley would say, perhaps, that in such an example '(c) is graceful' is not an aesthetic judgment. Then what about 'graceful'? There are answers at Sibley's disposal. One, which seems to me painfully clumsy, is that 'graceful' is a term associated with (at least) two concepts, the aesthetic concept *graceful/A* and the non-aesthetic concept *graceful/N*. [...] About the correspondence between terms and concepts Sibley says nothing; perhaps he would say that 'graceful' can correspond to either of (at least) two concepts. Then he could hold that '(c) is graceful' is a non-aesthetic judgment with 'graceful' a non-aesthetic term being used to apply the non-aesthetic concept *graceful/N*. To this one may object that it renders the distinction inoperative. It is no longer possible to identify aesthetic judgments by noting the presence of aesthetic terms, for there is no way of noting aesthetic terms by inspection.

<sup>10</sup> Seguimos aqui a ótima análise de Giulia Bonasio (2014) para quem Sibley é partidário de uma forma moderada de objetivismo, contrastando com o subjetivismo universalista de Kant.

## Termos estéticos e linguagem especializada na terminologia teórica

Maria Teresa Cabré vem cunhando uma série de balizas teóricas renovadoras para a pesquisa em terminologia. Tais balizas estão reunidas na chamada Teoria Comunicativa da Terminologia (doravante TCT), que em grande parte é uma resposta desenvolvida por Cabré à Teoria Geral da Terminologia (doravante TGT), escola tradicional da terminologia teórica cujo maior representante foi Eugen Wüster. As proposições de Cabré, nesse diálogo crítico com a tradição terminológica, oferecem uma ótima base para abordarmos os problemas filosóficos da seção anterior, de um ponto de vista linguístico. Vamos inicialmente expor as ideias de Wüster e, a seguir, as críticas de Cabré.

Uma das teses básicas da TGT afirma que o objeto da terminologia não está contido no léxico geral de uma língua. Tal princípio, de notório interesse para a nossa discussão dos termos estéticos, estabelece uma clivagem entre as noções de termo e palavra. Os termos seriam unidades lexicais determinadas no interior de um campo de conhecimento específico. Ao contrário do que ocorre com as palavras, os termos não se qualificariam como componentes gerais de uma língua. Assim, Wüster e seus seguidores entendem que o estudo científico dos termos é algo essencialmente diverso de uma ciência da linguagem comum, como explicam Desmet e Boutayeb:

Em unidades terminológicas, a expressão é o resultado de uma convenção, sendo ela própria o resultado de um consenso entre especialistas de uma determinada área de especialização. Os termos são impostos pelo uso unificado em um ambiente especializado, ao passo que as palavras na linguagem geral são o reflexo de uma memória coletiva, um "tesouro", um patrimônio cultural (DESMET; BOUTAYEB, 1994, p. 309, tradução nossa).<sup>11</sup>

Ainda segundo a TGT, as unidades lexicais (palavras) são consideradas itens dependentes de

um contexto, ao passo que as unidades terminológicas (termos) são consideradas independentes.

Essa característica serviria de endosso para a distinção entre termos e palavras, sendo observada no uso real da língua. Podemos exemplificar este ponto com a expressão em língua inglesa "*dead in the water*". Tal expressão pode se referir a um cadáver encontrado na areia da praia, mas também a algum projeto que falhou e já não pode ser bem-sucedido. O primeiro sentido é literal, com a palavra "*water*" sendo usada para significar a água do mar. O segundo sentido é idiomático, e a palavra "*water*" serve de metáfora para o ponto de parada do projeto que fracassou prematuramente. Nesse exemplo, temos que o significado da palavra "*water*" sempre dependerá do contexto em que a expressão "*dead in the water*" é empregada.

Segundo a TGT, a afirmação acima é válida para a linguística geral, mas não para a terminologia. A necessidade de um contexto não ocorre no caso dos termos, mesmo quando há alguma coincidência semântica, ou quando ocorre uma popularização do termo fora do meio especializado. Observe-se o símbolo H<sub>2</sub>O, proveniente da química como um termo especializado que identifica o elemento água. Não importa qual seja o contexto, o significado de H<sub>2</sub>O permanecerá o mesmo, contrastando com a palavra "*water*" nos casos do parágrafo anterior. Isso ocorreria porque a referência de H<sub>2</sub>O foi definida em um momento lógico anterior aos seus diferentes contextos de uso; ou seja, trata-se de um termo definido pela convenção de especialistas no estudo de elementos químicos, e não pela linguagem natural em seu permanente processo de transformação das palavras no uso coletivo.

Outra tese importante para particularizar a TGT frente à linguística geral é a afirmação de Wüster de que termos e conceitos são independentes entre si. Em comentários do autor sobre a concepção de signo de Saussure, dominante na linguística da sua época, percebemos a impor-

<sup>11</sup> Do original: In terminological units, the expression is the result of a convention, itself the result of an agreement between specialists of a given specialized field. Terms are imposed by unified usage within a milieu of experts, whereas words in general language are the reflection of a collective memory, a 'treasure', a cultural heritage.

tância dessa posição para a construção da TGT como uma base da terminologia como prática, focada nos processos denotativos e indiferente aos processos conotativos da língua.

Os linguistas saussureanos entendem que o signo e a significação são uma unidade que se constitui como a forma e o conteúdo das palavras de uma língua geral, e que tal unidade é o critério fundante da própria investigação linguística. Os terminólogos da TGT, por sua vez, compreendem que as unidades básicas da terminologia são formadas pela associação de palavras a conceitos. Essas unidades são os próprios termos, tal como a TGT os define.

Os termos são vistos, assim, como suportes gráficos ou fonéticos que se vinculam a conceitos, e não como palavras no sentido linguístico geral. Termos seriam formas relativamente autônomas, que buscam nos conceitos o conteúdo que eles precisam. Não haveria qualquer unidade de forma e conteúdo. Disso decorre a falta de interesse da terminologia geral pela própria ideia de significação, como expõe Wüster no seguinte trecho:

Terminólogos falam sobre conceitos, e não significados, por uma razão simples: na opinião deles, o significado de um termo (o conceito) se resolve pelo significado denotativo, também denominado de significado conceitual, e dispensa, em geral, as conotações (WÜSTER, 1998, p. 22, tradução nossa).<sup>12</sup>

Essa caracterização da terminologia é coerente com a busca da TGT pela clareza e objetividade na definição dos termos. Em um congresso de medicina sobre o tratamento de novas doenças, ou um livro de engenharia civil sobre a construção de estruturas de concreto, não é admissível que termos técnico-científicos sejam utilizados de maneira ambígua. Assim, a teoria dos termos de Wüster concebe os termos como unívocos e monossêmicos.

Em síntese, para a TGT, termos são represen-

tações formais de conceitos, que, por sua vez, resultam de condições necessárias e suficientes de todo meio especializado, uma vez que os conceitos usados pelos especialistas é que definem a necessidade dos termos que os designam: "Em terminologia, parte-se do conceito até a sua designação, mesmo que seja necessário utilizar uma designação ou outro signo para identificar e fixar o conceito" (WÜSTER, 1998, p. 39, tradução nossa).<sup>13</sup>

Nessa perspectiva, os termos são unidades de designação, e não de significação, e os conceitos têm total prioridade na pesquisa terminológica. A construção de um glossário especializado é o trabalho de identificar os termos singulares que correspondem a cada conceito unívoco, partindo dos próprios conceitos. Se não é possível chegar a um termo correspondente, não há razão para acreditar que se está trabalhando sobre um conceito.

Veamos agora as objeções que Maria Teresa Cabré desenvolve na TCT contra as teses da TGT que expusemos acima.

O ponto de partida da autora é a notória diversificação e complexificação da comunicação especializada no mundo pós-globalizado, assim como a superação dos princípios teóricos do Círculo de Viena, que haviam influenciado Eugen Wüster. Segundo Cabré, tais circunstâncias encorajam os estudos do léxico a avançarem em novas frentes interdisciplinares, bem como reivindicam uma nova compreensão teórica sobre as unidades terminológicas:

O surgimento inicial do funcionalismo linguístico, e, logo após, da aplicação à linguagem das teorias de base cognitiva da filosofia e da psicologia, são fatores que vêm permitindo uma guinada definitiva na teoria da terminologia, com a criação de uma proposta adequada para a descrição dos termos, incorporando os aspectos semânticos e pragmáticos na descrição de unidades linguísticas (CABRÉ, 2011, p. 5, tradução nossa).<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Do original: Los terminólogos usan la expresión concepto, y no la de significado, por una razón básica: en su opinión, el significado de un término (el concepto) se agota con el significado denotativo, también llamado significado conceptual, y prescinde, en general, de las connotaciones.

<sup>13</sup> Do original: En terminología se parte del concepto y se busca su denominación, aunque para identificar y fijar un concepto es indispensable contar con una denominación o con algún otro signo.

<sup>14</sup> Do original: La aparición primero del funcionalismo lingüístico, y más tarde la aplicación al lenguaje de las teorías de base cognitiva propuestas por la filosofía y la psicología los factores que han permitido dar un vuelco definitivo a la teoría de la terminología y acuñar una propuesta adecuada de descripción de los términos, en la medida que se incorporan a la descripción de las unidades lingüísticas

A citação acima é importante, pois nela Cabré rebate a separação wüsteriana entre terminologia e linguística geral, e incorpora a linguagem natural ao escopo da terminologia. Uma nova teoria dos termos é necessária, bem como uma nova concepção (mais aberta) de linguagem especializada.

Seguindo esse preceito, a TCT destaca o caráter comunicativo das unidades terminológicas e promove o resgate da existência social dos termos, tomando a semântica e a pragmática como duas ferramentas poderosas para o trabalho terminológico.

Por esses motivos, a TCT propõe que os termos não sejam mais vistos como entidades separadas do léxico geral da língua, mas sim como variações ocorridas no interior desse léxico. Esse ajuste permite, por exemplo, que a gramática possa ser empregada no estudo das unidades terminológicas, do mesmo modo que já ocorria no estudo das unidades lexicais. Outro ajuste diz respeito à definição de termo como uma unidade linguística diferente da palavra. Para a TCT, essa separação, consolidada pela TGT, também precisa ser superada, e uma nova maneira de compreender a relação entre palavras, termos e conceitos deve ser buscada pela teoria.

Em um artigo no qual defende que a terminologia não precisa de uma teoria dos termos autônomos, Cabré recorre ao cognitivismo para ressaltar que o sistema do léxico geral e o sistema dos termos especializados necessariamente se cruzam na atividade mental dos indivíduos. Qualquer separação entre essas instâncias seria artificial, ignorando o conhecimento acumulado hoje nas ciências cognitivas:

Enquanto a Teoria Geral da Terminologia enfatiza as diferenças entre termos e palavras para sustentar a terminologia como uma dis-

ciplina científica independente, enfatizamos as semelhanças para estabelecer uma teoria mais geral. Defendemos que as competências geral e especializada dos usuários da língua, que sempre ocorrem combinadas na mesma pessoa, compreende unidades lexicais que, fora de um determinado contexto, não são nem termos nem palavras, mas apenas unidades referenciais – a serem designadas com a expressão neutra de 'unidades lexicais' – nitidamente associadas a uma miríade de informações gramaticais, pragmáticas e enciclopédicas. Nessa perspectiva, a natureza de um termo não está dada, mas surge como uma função do seu uso em um contexto referencial e situacional específico (CABRÉ, 1998, p. 14-15, tradução nossa).<sup>15</sup>

Observamos na citação acima que a posição de Cabré permite o rompimento com um dos pressupostos metodológicos nucleares da TGT, isto é, a de que termos e palavras são ontologicamente distintos.

Há um fundamento cognitivista nessa posição teórica. O espaço mental em que a linguagem se constitui não poderia ser dividido pelo desejo das teorias linguísticas de verem as unidades que elas estudam como tipos separados de conteúdos da mente humana. O usuário de termos não possui, de fato, conjuntos diferentes de unidades linguísticas em sua mente (um conjunto para o léxico geral, outro para a linguagem especializada). O sistema é o mesmo. É por isso que os termos não são dados desde o princípio. As unidades lexicais qualificam-se como termos por meio do princípio do valor terminológico, isto é, pelo uso que uma comunidade de especialistas faz delas, atribuindo-lhe a condição de termo dentro de um discurso especializado: "uma unidade lexical não é, em si mesmo, nem terminológica, nem geral, mas sim geral por padrão, adquirindo um significado terminológico quando este é ativado pelas características pragmáticas do discurso" (CABRÉ, 2003, p. 189-190, tradução nossa).<sup>16</sup>

Nesse passo, a teoria comunicativa se afasta

sus aspectos semânticos y pragmáticos.

<sup>15</sup> Do original: While the "General Theory of Terminology" strained to stress the differences between terms and words in support of its claim that terminology is an independent scientific discipline, we emphasize their common elements in an attempt to establish a more general theory. We claim that the general and specialized competence of language users, which, in fact, always occurs combined in the same person, comprises lexical units which, outside a particular context, are neither terms nor words, but only referential units - to be designated with the neutral expression of "lexical units" - each of which is neatly associated with a wealth of grammatical, pragmatic and encyclopedic information. In this perspective, the nature of a term is not given, but arises as a function of its use in a specific referential and situational context.

<sup>16</sup> Do original: A lexical unit is by itself neither terminological nor general but that it is general by default and acquires special or terminological meaning when this is activated by the pragmatic characteristics of the discourse.

da compreensão dos termos como uma forma expressiva qualquer que seja capaz de designar um conceito, caminhando em direção a uma análise pragmática do discurso especializado. A designação conceitual é apenas um dos papéis que os termos exercem no discurso especializado, já que são parte do conjunto lexical da língua natural.

Os termos possuem uma função designativa (por indicarem um referente); uma função denominativa (por darem nome a um conceito); e uma função significativa (por exibirem informações sobre o conteúdo que transmitem). Uma consequência lógica dessa reconfiguração da terminologia teórica é que qualquer unidade lexical pode se tornar uma unidade terminológica, desde que, como visto, a sua função como termo seja ativada pelos usuários:

um termo não é uma unidade em si mesma, mas apenas um valor associado a todas as unidades do léxico, de modo que nenhuma unidade é por si só um termo, mas todas as unidades podem sê-lo, ou não, em função do seu uso particular em dado contexto comunicativo (CABRÉ, 2008, p. 17, tradução nossa).<sup>17</sup>

A articulação entre o plano cognitivo, o plano referencial e o plano linguístico recebe de Cabré o nome de princípio da poliedricidade. De acordo com esse princípio, os termos são poliédricos, ou seja, eles devem ser considerados igualmente, por meio das três dimensões que lhe são constituintes. Isso significa que os termos são "unidades interdisciplinares integradas por vertentes ou facetas distintas, cada uma correspondendo a um plano de análise" (CABRÉ, 2008, p. 33, tradução nossa).<sup>18</sup> No plano referencial revela-se a faceta pragmática que dissipa a abordagem ontológica da TGT para aportar em uma concepção relativa de termo.

Se a condição de termo é adquirida como uma função no uso real do discurso especializado, não pode haver unidade terminológica antes do uso.

Isso equivale a dizer que não pode haver termo antes da própria linguagem ou, mais precisamente, do uso da linguagem em um discurso especializado.

Um último contraponto da TCT à TGT, digno de nota, é sobre a relação entre termos e conceitos – aspecto principal da objeção de Cohen a Sibley em seu desafio avaliativo. Como vimos, Wüster compreendia que os termos são unívocos e monossêmicos, definindo-se por intermédio de um processo de designação dos conceitos. Os termos seriam formas autônomas que não possuem conteúdo, adquirindo-o apenas quando são associados aos conceitos. Os conceitos, por sua vez, seriam entes independentes da designação, cabendo à terminologia esclarecer o vínculo deles com os termos. Obviamente, a TCT é bastante crítica desse postulado da TGT.

Para compreendermos o ponto de vista de Cabré, imaginemos uma situação em que determinado termo é aplicado em contextos diferentes, porque, eventualmente, há várias categorias profissionais que o utilizam. Ainda que o conceito designado por este termo não mudasse, a TGT precisaria admitir que não se trata do mesmo termo, mas de diferentes termos oriundos de cada um dos contextos de uso. Dito de outro modo, a tese de que os conceitos são intrínsecos aos meios especializados, e os termos são formas autônomas que se vinculam a eles, obrigava a teoria de Wüster a não reconhecer a ocorrência de um mesmo termo em mais de uma especialidade. Essa é uma característica visivelmente problemática da TGT, percebida sem grandes dificuldades com uma análise empírica.

Vejamos, por exemplo, um caso comentado por Cabré: a palavra "reabilitação", que pode ser definida como "a ação de retornar um objeto ou uma pessoa ao estado funcional perdido" (CABRÉ, 2008, p. 14, tradução nossa).<sup>19</sup> Este é um termo que participa de muito mais que duas linguagens

<sup>17</sup> Do original: Un término no es una unidad en si misma, sino sólo un valor asociado a todas las unidades del léxico, de forma que ninguna de ellas es por si misma un término, sino que todas ellas pueden ser términos o no serlo en función de su uso particular en un contexto comunicativo determinado.

<sup>18</sup> Do original: Los términos son unidades interdisciplinarias integradas por vertientes o facetas distintas, cada una de ellas correspondiente a un plano de análisis.

<sup>19</sup> Do original: Acción de retornar un objeto o una persona a un estado funcional que había perdido.

especializadas, em áreas muito distantes como a arquitetura, a medicina ou a ecologia. Seria o caso de existirem, para cada uma dessas áreas, um conceito? A TGT precisaria dizer que sim. Mas essa não é uma interpretação sustentável, uma vez que o termo é, de fato, o mesmo nas diferentes especialidades, não havendo uma nova definição para cada aplicação. Médicos, arquitetos ou ecologistas são igualmente contemplados pela definição de "reabilitação" como a ação de retornar um objeto ou uma pessoa ao estado funcional perdido.

Para Cabré, a resolução mais adequada para casos como este, de várias ocorrências de um mesmo termo, passa, mais uma vez, pela pragmática. Embora os conceitos permaneçam os mesmos nas diferentes aplicações, os termos se realizam de maneira distinta em cada condição discursiva na qual são usados. O papel da terminologia é explicar os diferentes usos de um termo, e eliminar, para cada caso, as características não essenciais do conceito.

Essa lapidação do conceito permitiria chegar a uma definição abrangente o suficiente para ser validada junto aos diferentes usuários e contextos discursivos. Nesse processo de definição terminológica os termos são vistos como unidades de forma e conteúdo, o que garante que eles possam ocorrer em diferentes contextos especializados, sem prejuízo em suas relações com os conceitos.

### **Contribuições da terminologia para a discussão dos termos estéticos**

Considerando tudo o que expusemos até aqui, seria correto afirmarmos – como fez Cohen – que Sibley não conseguiu construir uma justificativa adequada para a tese de que os conceitos estéticos dependem do gosto? Procuramos demonstrar, na seção anterior, que a terminologia teórica oferece uma abordagem específica sobre a relação entre termos e conceitos que é bastante útil para responder à indagação acima.

Cohen objetou contra Sibley que, em seu desafio avaliativo, o conceito de "gracioso" só poderia ser o mesmo que ocorre nos juízos estéticos, de modo que Sibley precisaria admitir

que não é necessário empregar o gosto para aplicar adequadamente um conceito estético. Essa posição está de acordo com a Teoria Comunicativa da Terminologia, na medida em que Cabré considera termos e conceitos como uma unidade de forma e conteúdo e recusa a necessidade de uma teoria de termos autônomos que, na TGT, concebia tais unidades linguísticas como meramente designativas.

Isso significa, a nosso ver, que a TCT endossa a crítica de Cohen, reforçando a sua proposição de que o conceito de "gracioso" do seu desafio avaliativo é sempre o mesmo. À luz da TCT, a posição de Sibley a favor da existência de termos estéticos com uso predominante ou exclusivo nos juízos de gosto é equívoca.

No entanto, ao estabelecer as características geométricas básicas de um traço gracioso e mostrar que elas são suficientes para julgarmos a aplicação do termo, acreditamos que Cohen não fez mais do que especular sobre uma possível definição para o conceito de "gracioso", sem que isso evidenciasse que, no contexto específico do discurso estético, o gosto não é necessário para aplicar o termo.

Nesse ponto, a argumentação de Cohen falha por omitir a diferença contextual entre a avaliação de traços simples em um texto de filosofia e a avaliação de uma obra de arte com a finalidade de descrever as suas propriedades estéticas. No segundo caso, notadamente, temos uma atividade especializada e uma linguagem recorrente na qual o termo adquire sua função específica. Para Cohen, porém, não há diferença contextual relevante a ser considerada, e mostrar que o termo pode simplesmente ser aplicado já o satisfaz. Essa omissão do contexto é problemática em Cohen. Uma visão pragmática da linguagem, como requer a TCT, nos obriga a atribuir relevância à diferença contextual.

Por essa razão, acreditamos que a interpretação de Cohen mostra apenas que o gosto não pode ser visto como uma exigência universal para todas as aplicações dos termos estéticos. Isso não significa, porém, que o gosto não seja exigido quando os termos predicam juízos estéticos

na avaliação de obras de arte. A especialidade do discurso estético na crítica de arte judicativa precisa ser levada em conta.

É curioso notar que Sibley foi sensível a considerações pragmáticas. Já em 1959, o autor declarou que seu interesse pairava sobre um "determinado uso" dos termos estéticos. Não seria indevido compreender, então, que os termos estéticos exigiriam o gosto unicamente no contexto da avaliação das obras ou objetos aos quais o juízo fosse exposto (há, no mínimo, certa ambiguidade em Sibley a esse respeito). Como não há exclusividade no uso dos termos estéticos, é natural que os mesmos ocorram fora da crítica, e que em tais casos prescindam do gosto. A sugestão equívoca de Sibley sobre alguns dos termos serem exclusivos do julgamento estético pode ser descartada, desde que trabalhemos em uma abordagem pragmática que ele mesmo insinuou ao falar de um "determinado uso" dos termos.

Os críticos de arte sempre foram tão especializados em analisar obras artísticas como o são os médicos quando analisam exames e bulas, ou os engenheiros quando analisam relatórios e projetos (não estamos comparando a natureza das atividades, mas a necessidade que elas têm de uma linguagem própria para existirem). Há, por certo, uma terminologia da crítica de arte análoga à terminologia de médicos e engenheiros. Há muito pouco consenso entre os críticos sobre qual deve ser essa terminologia, mas isso apenas torna mais instigante a tarefa de estudá-la de um ponto de vista linguístico.

A linguagem da crítica vai muito além dos termos estéticos e pode inclusive adquirir surpreendente complexidade, sendo influenciada por conceitos oriundos de disciplinas acadêmicas como a história da arte ou a filosofia. Mesmo assim, os termos estéticos parecem compor um núcleo rígido do qual a grande maioria dos críticos não pode abdicar.

Dito isso, podemos retomar e analisar o desafio avaliativo de Cohen, que consideramos ser, no final das contas, uma especulação sobre a possível definição de "gracioso". Para que o desafio de Cohen pudesse realmente demonstrar que o gosto é dispensável na aplicação do termo estético "gracioso", ele teria que nos garantir que a ocorrência das características do traço "c" é condição suficiente para que o termo seja usado no contexto da crítica de arte. Justamente por isso, tais características deveriam funcionar como uma definição terminológica de "gracioso", no mesmo sentido do termo "reabilitação", que apresentamos como exemplo para explicar a teoria de Cabré na seção anterior.

Em outras palavras, se transpomos o desafio avaliativo para o contexto específico do discurso estético avaliativo, as características essenciais do traço "c" deveriam bastar para sabermos que estamos diante de uma obra de arte graciosa. Isso, de fato, representaria um abalo na teoria de Sibley, pois mostraria que é possível uma regência positiva (e não somente negativa) dos termos estéticos, quando entendidos no devido contexto em que são acionados e usados pelos críticos. A própria definição de "gracioso" estabeleceria a condição que rege positivamente a aplicação desse termo em um ato de julgamento estético, exatamente como se dá em um juízo de conhecimento, como na definição de quadrado como uma figura de quatro lados iguais e quatro ângulos retos.

Podemos fazer, então, um exercício que ponha à prova a definição de "gracioso" do desafio de Cohen, verificando a sua utilidade em um contexto de avaliação de obras de arte. Um objeto gracioso, na perspectiva de Cohen, seria aquele que possui uma forma visível curvilínea, estável e atenuada, em oposição a objetos não graciosos, que são retilíneos (como no traço "a") ou irregulares (como no traço "b").

**Figura 2** – Edifício *Dancing House*, em Praga (República Tcheca)



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Tendo em conta essa definição, poderíamos dizer que a *Dancing House* de Praga é uma obra arquitetônica graciosa? Acreditamos que não. O traço curvilíneo, estável e atenuado do edifício criado por Vlado Milunić e Frank Gehry não parece suficiente para que o vejamos como um objeto estético gracioso. Outro exemplo possível é a estátua *Gangnam Style*, construída em Seul para homenagear o rapper sul-coreano Psy. Embora o design das duas mãos gigantes que compõem a obra seja feito de traços arredondados e extremamente polidos, correspondendo à definição de "gracioso" de Cohen, o resultado estético não é nada gracioso para quem se põe diante da obra. Pelo contrário, o monumento está mais próximo do exagero kitsch, e estimula antes um julgamento como "estranho" ou "bizarro" do que como "gracioso".

Se pelo menos uma parte dos leitores concorda com o nosso juízo de que a *Dancing House* ou a estátua *Gangnam Style* não são graciosas, é legítimo concluir que o desafio de Cohen não ajuda quem deseja compreender as condições necessárias para a emissão de juízos estéticos de obras de arte. Isso ocorre porque, quando empregado no contexto de julgamento das propriedades estéticas de obras de arte, o termo

"gracioso" parece escapar ao exemplo dos traços concebido pelo filósofo norte-americano.

Isso não quer dizer que não haja graciosidade no traço "c" do desafio, ou que haja mais de um conceito de "gracioso" para os diferentes contextos. Porém, nos diz que o trabalho de definição terminológica realizado por Coen não conseguiu abarcar o uso do termo no âmbito estético. Nem todos os objetos estéticos de forma curvilínea, estável e atenuada são graciosos, ao contrário das figuras de quatro lados iguais e quatro ângulos retos, que são todas quadrados.

Há ainda outra pergunta, mais profunda e difícil, relacionada a essa conclusão. Poderiam os termos estéticos contarem com uma definição terminológica? Poderíamos definir o conceito de belo quando afirmamos, diante de uma obra de arte, que ela é bela? Vimos que a TCT pretende dar conta de toda a diversidade de termos nas mais variadas especialidades, e assim precisaria admitir que é possível definir inclusive os termos estéticos na linguagem especializada da crítica de arte. No entanto, quando observamos o uso de "gracioso" no contexto judicativo, temos a forte impressão de que a ancoragem do termo se dá unicamente no gosto ou na perspicácia do crítico, e não em uma definição. "Um crítico, por

vezes, consegue fazer mais ao gesticular do que ao falar", escreveu Sibley (1959, p. 444, tradução nossa).<sup>20</sup> Talvez, a definição de termos como "belo" ou "gracioso" seja impossível no contexto do discurso estético judicativo. Talvez Sibley tivesse razão sobre a necessidade do gosto.

A interessante tese de que os termos estéticos possuem apenas uma regência negativa parece endossar essa hipótese. Clement Greenberg (1999) sustentou uma posição afinada com Sibley, defendendo que as condições para a qualidade estética não podem ser demonstradas, sendo apenas o seu resultado apreendido pelos críticos na experiência indispensável com as obras. Mas, em Greenberg, a qualidade da arte estava sempre em questão; ao contrário do que fez Sibley, que dissociava os termos estéticos de um juízo de qualidade.<sup>21</sup> Não podemos aprofundar sobre esse assunto nesse artigo, mas nos damos por satisfeitos se tivermos evidenciado a utilidade da terminologia para reler a discussão filosófica sobre a terminologia da crítica de arte.

### Considerações finais

A TCT permite o reconhecimento, como unidades terminológicas, de unidades linguísticas que antes não eram percebidas como tais. Tal movimento expande a cobertura da terminologia e tende a atrair novos objetos de estudo para os pesquisadores – o que torna possível considerar o discurso estético judicativo da crítica de arte como uma linguagem especializada.

Em certo sentido, a TCT promove a substituição de uma perspectiva ontológico-metafísica, inerente à teoria dos termos de Eugen Wüster, por uma perspectiva cognitivo-funcionalista, segundo a qual um termo não precisa possuir existência autônoma pelo fato de que é, antes de tudo, uma função ativada pelos usuários no uso real da língua. Termos e palavras coabitam o mesmo espaço abstrato. Sendo assim, os termos estéticos participam do léxico comum do mesmo modo que as demais unidades lingüís-

ticas, podendo ser estudados, separadamente, por serem parte também de uma linguagem especializada. Abre-se, assim, uma porta para o estudo pragmático dos termos estéticos. Essa linha de investigação pode contribuir para avanços na discussão sobre a necessidade do gosto na crítica de arte – ponto que foi objetado por Cohen em sua leitura de Sibley, e que abarcamos nesse artigo.

A literatura acadêmica nos dá acesso a uma série de estudos recentes que analisam as condições e o emprego dos termos estéticos, não se tratando de algo inteiramente novo. Parte desses estudos reflete o avanço formidável da linguística de *corpus* pelo desenvolvimento da computação linguística nas últimas décadas.<sup>22</sup> São exemplos de trabalhos já publicados os que tratam das características peculiares da linguagem da crítica de arte contemporânea (RULE; LENINE, 2012); da linguagem utilizada na avaliação de obras de arte e estilos (LYSENKO, REDIES; HAYN-LEICHSENRING, 2016); da construção de mapas conceituais para compreender a relação entre termos estéticos e emoções (HOSOYA *et al.*, 2017; SCHINDLER *et al.*, 2017); da elaboração de novos métodos para examinar as teorias filosóficas clássicas em estética (HAYN-LEICHSENRING; CHATTERJEE, 2019); das variações linguísticas que diferenciam as práticas ocidentais e orientais nas artes (ESCANDE, 2018); do exame das definições mais precisas para os principais termos e expressões em estética (DEMUTH, 2020) e até do vocabulário estético usado em *corpora* selecionados para descrever regiões geográficas (DONALDSON, GREGORY; TAYLOR, 2017). Da nossa parte, publicamos, também recentemente, uma contribuição no sentido de analisar os termos estéticos utilizados no julgamento das artes clássica e barroca a partir de documentos históricos da Itália na coleção da biblioteca Internet Archive (OLIVEIRA, 2020).

Talvez estes trabalhos em conjunto representem, hoje, uma terminologia da estética como

<sup>20</sup> Do original: A critic may sometimes do more with a sweep of the arm than by talking.

<sup>21</sup> Cf. especialmente o ensaio 'Aesthetic Judgment' em Greenberg (1999).

<sup>22</sup> Cf. Sardinha (2000) e Finatto *et al.* (2018).

vertente interdisciplinar de pesquisa, desenvolvendo-se no campo da linguística aplicada. O seu foco são os termos estéticos vistos como componentes fundamentais de uma linguagem judicativa, e a crítica de arte se destaca por sistematizar essa linguagem na atividade profissional dos críticos.

## Agradecimentos

Meus agradecimentos aos colegas Monica Lupetti, Janaína Jordão, Daniel Christino e Marçilon Almeida pelo apoio inestimável durante a produção deste trabalho. A pesquisa foi realizada na Universidade de Pisa, em 2019, e não teria sido possível sem o patrocínio da CONFAP, que me concedeu uma bolsa de pós-doutorado.

## Referências

- BARRET, T. **A crítica de arte**: como entender o contemporâneo. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- BELL, C. **Art**. New York: Putnam, 1981.
- BONASIO, G. Aesthetic pleasure: cognition and emotion in the aesthetic concepts. Remarks after Sibley's works. **Rivista di estetica**, [S. l.], n. 55, p. 183-201, 1 mar. 2014.
- CABRÉ, M. T. Do we need an autonomous theory of terms? **Terminology**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 4-19, 31 dez. 1998.
- CABRÉ, M. T. El principio de poliedricidad: la articulación de lo discursivo, lo cognitivo y lo lingüístico en Terminología (I). **Iberica**, [S. l.], v. 16, p. 9-36, 2008.
- CABRÉ, M. T. La Terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro. **Debate Terminológico**, [S. l.], n. 1, 6 jul. 2011.
- CABRÉ, M. T. Theories of terminology: Their description, prescription and explanation. **Terminology**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 163-199, 31 dez. 2003.
- COHEN, T. Aesthetic/Non-aesthetic and the concept of taste: a critique of Sibley's position. **Theoria**, [S. l.], v. 39, n. 1-3, p. 113-152, 2008.
- DEMUTH, A. On the Problematics of Geometrizing Beauty and Aesthetic Terms. **Filozofia**, [S. l.], v. 75, n. 2, p. 121-132, fev. 2020.
- DESMET, I.; BOUTAYEB, S. Terms and words: Propositions for terminology. **Terminology**. International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 303-325, 1 jan. 1994.
- DONALDSON, C.; GREGORY, I. N.; TAYLOR, J. E. Locating the beautiful, picturesque, sublime and majestic: spatially analysing the application of aesthetic terminology in descriptions of the English Lake District. **Journal of Historical Geography**, v. 56, p. 43-60, abr. 2017.
- ELKINS, J. **What happened to art criticism?** Chicago: Prickly Paradigm Press: University of Chicago Press, 2003.
- ELKINS, J.; NEWMAN, M. (org.). **The state of art criticism**. New York: Routledge, 2007.
- ESCANDE, Y. Praise of the Draft: A Study of Aesthetic Terms in Chinese Arts. **Universitas-Monthly Review of Philosophy and Culture**, [S. l.], v. 45, n. 11, p. 27-42, nov. 2018.
- FINATTO, M. J. B. *et al.* (ed.). **Linguística de corpus**: perspectivas. Porto Alegre, RS: Instituto de Letras - UFRGS, 2018.
- FRY, R. **Vision and design**. London: Oxford University Press, 1981.
- GREENBERG, C. **Art and culture**: critical essays. Boston: Beacon Press, 1984.
- GREENBERG, C. **Homemade esthetics**: observations on art and taste. New York: Oxford University Press, 1999.
- HAYN-LEICHSENDRING, G. U.; CHATTERJEE, A. Colliding Terminological System: Immanuel Kant and Contemporary Empirical Aesthetics. **Empirical Studies of the Arts**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 197-219, 1 jul. 2019.
- HOSOYA, G. et al. Mapping the conceptual domain of aesthetic emotion terms: A pile-sort study. **Psychology of Aesthetics, Creativity, and the Arts**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 457-473, nov. 2017.
- KANT, I. Crítica da faculdade do juízo. In: DUARTE, Rodrigo. **O belo autônomo**: textos clássicos de estética. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 117-148.
- LYSSENKO, N.; REDIES, C.; HAYN-LEICHSENDRING, G. U. Evaluating Abstract Art: Relation between Term Usage, Subjective Ratings, Image Properties and Personality Traits. **Frontiers in Psychology**, [S. l.], v. 7, p. 973, 28 jun. 2016.
- OLIVEIRA, R. C. Termini estetici del barocco e del classico: una proposta di studio terminologico sulla base della collezione di Internet Archive. **Kepos**: Semestrale di Letteratura Italiana, [S. l.], n. 1, p. 103-45, 2020.
- RULE, A.; LENINE, D. International Art English. **Triple Canopy**, [S. l.], v. 16, 30 jul. 2012.
- SARDINHA, T. B. Lingüística de Corpus: histórico e problemática. **DELTA**: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000.
- SCHINDLER, I. et al. Measuring aesthetic emotions: A review of the literature and a new assessment tool. **PLOS ONE**, [S. l.], v. 12, n. 6, p. e0178899, 5 jun. 2017.
- SIBLEY, F. Aesthetic Concepts. **The Philosophical Review**, [S. l.], v. 68, n. 4, p. 421-450, 1959.
- WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona: Inst. Univ. de Lingüística Aplicada, 1998.

---

**Rodrigo Cássio de Oliveira**

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil; mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, GO, Brasil. Professor da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, GO, Brasil.

---

**Endereço para correspondência**

Rodrigo Cássio de Oliveira  
Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Informação e Comunicação  
Av. Esperança, s/n, Campus II  
Chácaras de Recreio Samambaia, 74690-900  
Goiânia, GO, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.*